http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/friccoes-e-confluencias/

Fricções e confluências de uma COP na Amazônia: ecologias decoloniais como resposta aos extremos climáticos

Joana Varon[1]

Julia Vidal dos Santos Borges [2]

Vanessa França da Silva [3]

Amanda de Faria Sánchez [4]

Mayra Queiroz Muniz [5]

RESUMO: Em um Brasil cada vez mais atravessado por eventos climáticos extremos, das enchentes que devastam grandes centros urbanos às secas e incêndios que assolam a Amazônia, a COP30 em Belém tornou-se palco de uma tensão fundamental entre ecologias políticas irreconciliáveis, precisamente quando o país acumulava evidências de que as respostas em curso são insuficientes. Construído a partir do relato de experiência de uma das autoras, que participou da conferência, e do acompanhamento da cobertura jornalística, este ensaio examina a 30ª edição da Conferência das Partes colocando em tensão dois campos que se chocaram em Belém: o da política institucional, com seus discursos e ações hegemônicas; e o dos movimentos de resistência e defesa do território, representados pela Cúpula dos Povos e outros paralelos. Argumentamos que os eventos extremos revelam a inadequação estrutural das respostas tecnocráticas do espaço diplomático oficial, onde o greenwashing da Economia Verde mascara a continuidade da exploração de corpos-território. Na exterioridade dos salões, uma ecologia decolonial se constituiu propondo a coabitação com rios, florestas e encantados como política climática. Esses "outros-saberes" oferecem imaginários e práticas capazes de orientar uma transição justa, produzindo fricções e confluências que, ainda que insuficientes, geraram alguns reposicionamentos governamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Eventos extremos. Ecologia decolonial. COP30. Cosmofobia. Justiça climática.

Frictions and Confluences of a COP in the Amazon: decolonial ecologies as a response to climate extremes

ABSTRACT: In a Brazil increasingly marked by extreme climate events, from floods devastating major urban centers to droughts and wildfires ravaging the Amazon, COP30 in Belém became the stage for a fundamental tension between irreconcilable political ecologies, precisely at a moment when the country was accumulating evidence that existing responses are structurally insufficient. Drawing on the experiential account of one of the authors, as a conference participant, and on the monitoring of news coverage, this essay examines the 30th Conference of the Parties by placing in tension two fields that clashed in Belém: that of institutional politics, with its hegemonic discourses and actions, and that of resistance movements and territorial defense, represented by the Peoples' Summit and other parallel events. We argue that extreme events reveal the structural inadequacy of the technocratic responses of the official diplomatic space, where the greenwashing of the Green Economy masks the continuity of the exploitation of body-territories. Outside the conference halls, a decolonial ecology took shape, proposing cohabitation with rivers, forests, and enchanted beings as climate policy. These "other-knowledges" offer imaginaries and practices capable of guiding a just transition, producing frictions and confluences that, though insufficient, generated some governmental repositioning.

KEYWORDS: Extreme events. Decolonial ecology. COP30. Cosmophobia. Climate justice.

> Habitar a Terra começa nas relações com os outros. Assim, o habitar colonial designa uma concepção singular da existência de certos humanos sobre a Terra – os colonizadores –, de suas relações com outros humanos – os não colonizadores –, assim como de suas maneiras de se reportar à natureza e aos não humanos dessas ilhas. Esse habitar colonial contém princípios, fundamentos e formas. (Ferdinand, 2022, p. 44)

10 dias em Belém durante a COP30 por Joana Varon

"Belém, durante a 30ª Conferência das Partes (COP30), que também atende pelo nome de Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, parecia o centro do mundo. Estar por lá me permitiu observar deslocamentos importantes na forma como esse ciclo de eventos diplomáticos sobre mudanças climáticas é organizado e disputado. A última COP de que eu tinha participado foi em Madrid, em 2019, pouco antes da pandemia. O evento originalmente ocorreria no Chile, mas foi transferido em função dos protestos que irrompiam em Santiago. Nessa ocasião, grande parte dos movimentos sociais que compõem a Cúpula dos Povos havia se mobilizado para Santiago, e não chegou até a Europa, produzindo um descompasso entre o fórum diplomático e aqueles que tensionam as agendas climáticas a partir dos territórios. No caso do Brasil, vivíamos o governo do presidente Jair Bolsonaro, com Ricardo Salles como Ministro do Meio Ambiente usando o recorrente jargão de comando para 'passar a boiada', e a interlocução da sociedade civil com a delegação brasileira se limitava a parlamentares da oposição. As edições seguintes — Glasgow (2021), Sharm el-Sheikh (2022), Dubai (2023) e Baku (2024) — aconteceram entre restrições pandêmicas e países marcados pela economia do petróleo e por políticas que limitam protestos.

Em Belém, o evento assumiu outra configuração. Povos indígenas e representantes de comunidades ribeirinhas chegavam em flotilhas de diferentes regiões e países da região Amazônica, e a conferência se instalava em uma cidade que passa a pulsar com a presença simultânea tanto das três áreas da COP oficial (Zona Azul, onde se davam as negociações; Zona Verde, aberta ao público; e Aldeia COP, organizada pelo Ministério do Meio Ambiente, onde estavam alojados representantes do movimento indígena), quanto das áreas auto-organizadas pela sociedade civil, como a Cúpula dos Povos, na Universidade Federal do Pará, e as múltiplas casas e centros culturais ocupados por coletivos, mídias alternativas e movimentos sociais. A COP30 se espalhou pela cidade, em barcos, feiras, cozinhas coletivas e espaços de encontro, compondo um cenário onde o evento diplomático pôde ser atravessado por dinâmicas de movimentos sociais, gerando encontros, mas também choques entre diferentes ecologias políticas.

Se fôssemos ilustrar, poderíamos dizer que, de um lado, nos espaços das negociações diplomáticas oficiais, aparece o desenho de uma ecologia colonial, que busca soluções de mercado para a crise climática, como a financeirização da natureza, por meio de mercados de carbono e outras estratégias do 'capitalismo verde' para dar continuidade ao modelo econômico vigente de

exploração de determinados corpos-território. De outro, práticas e arranjos que se aproximam de uma ecologia decolonial e de ecologias de vida, associadas às mobilizações da Cúpula dos Povos, da Aldeia da COP e das articulações construídas em Belém pela ampla diversidade de movimentos sociais.

Foram inúmeras as aprendizagens sobre resistência, existência e incidência política que tive em Belém durante a COP30, seja ao presenciar os Munduruku, liderados por Alessandra Korap, bloqueando a entrada de diplomatas na Zona Azul (onde se davam as negociações) até ter acesso à presidência para apresentar suas demandas contra a dragagem do Rio Tapajós para transporte de soja; seja pela potência da barqueata que abriu a Cúpula dos Povos, seguida, dias depois, por uma marcha de mais de 70.000 pessoas engajadas em uma ampla diversidade de movimentos sociais que se cruzaram na cidade.

Figura 1 — Ala dos livros de referência na Marcha pelo Clima.



Fonte: Joana Varon. Belém, 15 nov. 2025.

Figura 2 — Faixa de abertura na Marcha pelo Clima.



Fonte: Joana Varon. Belém, 15 nov. 2025.

Enunciados em cada faixa da Marcha pelo Clima (Figuras 1 e 2) estavam os múltiplos aspectos a se considerar quando pensamos em justiça climática desde nossos corpos-território. Reivindicações enraizadas em violências coloniais centenárias e agudizadas por experiências recentes de um país marcado pelas enchentes no Rio Grande do Sul, pelos incêndios na Amazônia e pelo crime de Mariana, cujas águas de lama revelaram que a destruição territorial não espera pelo colapso climático. Essas reivindicações reuniam críticas às falsas soluções e à financeirização da natureza que tanto ronda o ecossistema da COP. Iam além da pauta de transição energética e reconheciam a proteção da ancestralidade e do conhecimento tradicional como o melhor caminho para 'adiar o fim do mundo', nos termos de Ailton Krenak (2019)."

Metodologicamente, este ensaio nasce de uma experiência situada, tomando como material empírico o relato de experiência produzido com base na vivência de Joana Varon durante sua participação na COP30. Segundo Minayo (2013), a pesquisa qualitativa busca compreender os significados, as motivações, as aspirações, as crenças, os valores e as atitudes que integram a realidade social. Essa perspectiva considera que os sujeitos não apenas agem, mas também refletem sobre suas ações e lhes atribuem sentidos a partir das experiências vividas e compartilhadas com outras pessoas. A presença da autora em espaços institucionais, mobilizações indígenas, atividades da Cúpula dos Povos e manifestações populares permitiu a construção de um registro qualitativo do evento, posteriormente discutido e interpretado coletivamente pelas autoras. O relato de experiência foi articulado a referências bibliográficas e materiais jornalísticos, compondo uma abordagem qualitativa voltada à compreensão das disputas narrativas e das fricções entre perspectivas hegemônicas e contra-hegemônicas observadas na COP30.

A importância de uma COP30 realizada na Amazônia

O presente ensaio visa apontar como esses ecossistemas – a ecologia colonial do fórum diplomático e as ecologias decoloniais impulsionadas por movimentos territoriais – se friccionam, se atravessam e, em alguns momentos, produzem confluências e deslocamentos nas negociações climáticas. Inspiradas em Anna Tsing (2005), compreendemos a fricção como os encontros desiguais e tensionados que emergem quando diferentes projetos políticos, econômicos e cosmológicos compartilham um mesmo espaço. A fricção não representa apenas oposição, mas

também a produção de deslocamentos e transformações decorrentes do contato entre atores que disputam sentidos, narrativas e futuros possíveis.

Malcom Ferdinand (2022) ajuda-nos a pensar na crise ambiental a partir de uma herança colonial e escravocrata que estruturou o mundo moderno e transformou corpos e territórios em mercadorias e recursos. Para o autor, existe uma 'dupla fratura' na modernidade: uma ambiental, relacionada ao desmatamento e à perda do reconhecimento de que fazemos parte da Terra; e outra colonial, expressa nas desigualdades raciais, na violência contra povos historicamente marginalizados, na apropriação de terras e na dominação cultural.

> De Pierre Poivre aos partidários do Antropoceno, passando por John Muir, o ambientalismo dividiu pacientemente os corpos, as naturezas, a Terra e o mundo, inventando uma Terra virginal despovoada, um paraíso sem mundo, um jardim, um lago e uma floresta encontrados unicamente por meio do pensamento de homens Brancos ocidentais (Ferdinand, 2022, p. 268).

Assim, há uma ecologia que protege "a natureza", mas ignora quem habita, quem vive, quem sofre os impactos da devastação: corpos negros, indígenas, comunidades tradicionais para quem a terra não é apenas recurso, mas vida, ancestralidade, território de existência e de memória. Essa separação também desvincula a humanidade da natureza, tornando esta última uma abstração.

Eventos climáticos extremos recentes reforçaram a urgência das negociações globais. Esses eventos representam exemplos concretos dos impactos das mudanças ocasionadas na vida das pessoas, como as enchentes históricas no Rio Grande do Sul (chuvas intensas que, em 2024, afetaram milhões de pessoas e provocaram mortes e deslocamentos em massa); a seca extrema na Amazônia (inviabilizando a navegação de ribeirinhos devido aos níveis historicamente baixos dos rios ao longo 2023 e 2024, ocasionados pela combinação do aquecimento global com o fenômeno El Niño); As ondas de calor que atingiram temperaturas recordes (países da Europa, América Latina e Ásia vivenciaram temperaturas extremas acima de 40°C por dias consecutivos entre 2023 e 2024); Incêndios florestais extremos no Canadá (com incêndios que atingiram mais de 18 milhões de hectares, cuja fumaça chegou aos EUA ocasionando alertas sanitários em grandes cidades em 2023), entre muitos outros exemplos. Nesse contexto de severas crises climáticas simultâneas nos anos que antecederam a COP30, marcado por enchentes, secas, ondas de calor e incêndios florestais cada vez mais frequentes e intensos, torna-se importante ampliar a

pressão política e científica por uma transição energética justa, que envolva não somente governos, mas os povos detentores das ciências dos territórios (Xakriabá, 2018), cujas práticas enraizadas que propõem um deslocamento do aprender por meio do que é vivido no corpo do território, como espaço de articulação, contribuem para a construção de soluções coletivas.

A escolha de Belém do Pará como sede do evento, em 2025, possibilita uma análise em múltiplas dimensões: no contexto nacional, a realização da COP30 no Brasil representa, simbolicamente, o retorno do país ao debate climático internacional, após um período de forte retrocesso da política ambiental, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que foi marcado pelo enfraquecimento de órgãos de proteção, pelo aumento em 59,5% da taxa de desmatamento na Amazônia (IPAM, 2022), em relação aos quatro anos anteriores, e pela perda de credibilidade do Brasil em instâncias multilaterais.

O governo Lula (2023-2026) buscou reverter essa retração diplomática apresentando a COP30 como um marco do reposicionamento brasileiro no cenário climático global. Ao caracterizá-la como a "COP das COPs", afirmou um protagonismo que se ancora em um argumento geograficamente inédito: pela primeira vez, a conferência acontece no coração da Amazônia, colocando o maior bioma tropical do planeta, e as contradições sobre seu futuro, no centro do debate. Em seu discurso de abertura, o presidente declarou:

> "Trazer a COP para o coração da Amazônia foi uma tarefa árdua, mas necessária. A Amazônia não é uma entidade abstrata. Quem só vê a floresta de cima desconhece o que se passa à sua sombra. O bioma mais diverso da Terra é a casa de quase cinquenta milhões de pessoas, incluindo quatrocentos povos indígenas, dispersa por nove países em desenvolvimento que ainda enfrentam imensos desafios sociais e econômicos" (Brasil, 2025).

A escolha de Belém carrega um peso que vai além do simbolismo: trazer a conferência climática para a Amazônia é reconhecer a centralidade geopolítica, ecológica e sociocultural deste bioma para o futuro do planeta. É, também, expor uma contradição estrutural — a Amazônia é ao mesmo tempo o principal trunfo do Brasil na diplomacia climática e o território onde as promessas dessa diplomacia mais frequentemente falham, sob o avanço do desmatamento, do garimpo e da violência sobre os povos que a habitam. A COP em Belém não resolve essa tensão, mas a coloca em cena de forma inescapável e torna impossível ignorá-la.

O espaço diplomático: arquitetura da Zona Azul da COP, uma ecologia colonial

A geopolítica climática apareceu materializada no desenho do espaço, no percurso de entrada da Zona Azul, onde aconteciam as negociações diplomáticas e o acesso dependia de credencial da ONU (Organização das Nações Unidas)/ UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima). O início do pavilhão, logo após o credenciamento, era ocupado por estandes de países, enquanto nas laterais se distribuíam os estandes de grandes fundações e organizações que conseguiram pagar pela presença naquele território privilegiado, incluindo ONGs internacionais de grande porte. Em direção às áreas mais internas, localizavam-se as salas de negociação e a plenária, acessíveis após longos deslocamentos pelos corredores. Essa organização espacial produzia um funil: na superfície, perto da porta, concentravam-se atividades de visibilidade, mas sem poder decisório; no fundo do labirinto, as salas de negociações em que circulavam negociadores e observadores credenciados. O percurso físico — quem pode pagar um estande; quem acessa a Zona Azul como delegação ou observador; quem permanece restrito à Zona Verde — já distribui lugares de fala e de escuta, delimitando quais corpos e instituições participam das decisões e quais são empurrados para o papel de plateia ou ruído de fundo.

Quebrar a ordem: invasão, bloqueio Munduruku, marchas e "janelas quebradas"

As ações dos movimentos indígenas nos primeiros dias da COP30 explicitam como rupturas materiais da ordem são acionadas como estratégia política. Em um dos episódios, um grupo indígena rompeu barreiras na entrada da Zona Azul, ao final de uma marcha organizada em defesa da saúde indígena, gerando impacto midiático e simbólico, sem registro de feridos. Em outro momento, o povo Munduruku, do Baixo Tapajós, região que será amplamente afetada pela construção da ferrovia Ferrogrão, bloqueou o acesso de delegações à Zona Azul antes do cerco da polícia, impedindo a passagem de diplomatas e observadores até que suas demandas fossem ouvidas. Essa ação na COP coroava meses de pressão territorial: os Munduruku haviam ocupado a sede da Cargill em Itaituba e realizado sucessivas intervenções contra o decreto que autorizava a dragagem do Baixo Tapajós para transporte de soja. A presença em Belém era, portanto, a continuação de uma luta que já estava sendo travada nos territórios — e que resultou, subsequentemente, na anulação do decreto. A encruzilhada entre diplomacia climática e defesa territorial, formulada por Luiz Rufino (2019) a partir da pedagogia das encruzilhadas, não é lugar

de impasse, mas de geração de novas formas (recriações): é onde saberes distintos se confrontam, se transformam e produzem novas possibilidades de existência.

Para o povo indígena Munduruku, a crise climática é vivida de forma territorializada, se manifestando no cotidiano das aldeias, nos rios que secam, nas mudanças nos ciclos de pesca e no aumento da vulnerabilidade socioambiental. Esses fenômenos não são isolados: somam-se a pressões estruturais sobre o território, como as ameaças de megaempreendimentos hidrelétricos na bacia do Tapajós, que colocam em risco o regime das águas e a vida de comunidades ribeirinhas e indígenas, e como a Ferrogrão, ferrovia planejada para escoar grãos do Centro-Oeste até portos no rio Tapajós, cujo traçado avança sobre áreas protegidas e territórios indígenas. Estes megaprojetos revelam como a lógica extrativista do agronegócio continua moldando o futuro da Amazônia. A participação e a pressão de lideranças amazônicas na COP30 vão além da representação na política institucional: constituem um testemunho concreto das experiências vividas e da forma como o (des)envolvimento (Santos, 2023) econômico desconsidera tanto as pessoas quanto os impactos ambientais que produz nos ecossistemas naturais.

Esses gestos se articularam ainda a uma grande manifestação, com dezenas de milhares de pessoas nas ruas de Belém, reunindo movimentos indígenas, de pescadoras, de atingidos por renováveis, de atingidos por barragens, movimentos feministas e da juventude pelo clima. Faixas como "O Brasil não é quintal de data center" sinalizavam que a crítica à infraestrutura digital se somava às demais pautas: a economia digital, como o petróleo e as hidrelétricas, também encontra nos territórios vulnerabilizados o lugar de sua expansão, como é o caso do data center do TikTok que está por ser construído em território do povo Anacé, no município de Caucaia, Ceará. Considerados em conjunto, tais episódios configuram “janelas quebradas” (Wilson; Kelling 1982): não há deslocamento no regime de decisões sem pressão concreta sobre a coreografia que sustenta a aparência de normalidade. Essas ações não se reduzem a atos de “desordem”, mas operam como interrupções necessárias do fluxo diplomático, evidenciando que a política climática só se move quando corpos coletivos tensionam o dispositivo e revelam as fissuras e quebras na ecologia colonial que organiza o evento.

Abertura da Cúpula dos Povos: confluências em flotilha - barqueata, teia e ecologia decolonial.

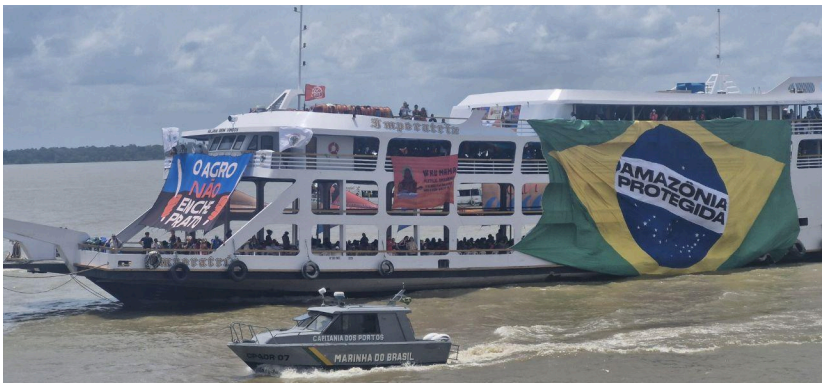
A barqueata que inaugurou a Cúpula dos Povos surgiu como uma imagem central de confluência. A flotilha foi formada por embarcações que partiram de diferentes pontos ao longo do rio Guamá, recolhendo, em cada parada, representantes de territórios e movimentos distintos, até convergir na UFPA. Cada barco trazia bandeiras, reivindicações e saberes específicos, compondo uma teia em movimento.

Figura 3 — Barqueata de abertura da Cúpula dos Povos 1.



Fonte: Joana Varon. Belém, 12 nov. 2025.

Figura 4 — Barqueata de abertura da Cúpula dos Povos 2.



Fonte: Joana Varon. Belém, 12 nov. 2025.

Em diálogo com as formulações de Antônio Bispo dos Santos (2023), esse deslocamento pode ser compreendido como encontro de rios-mundos: coletivos e cosmopercepções diversas navegam lado a lado, sem se dissolver em uma identidade única, mas compondo alianças provisórias orientadas pela defesa da vida. Em contraste com a lógica da COP, que tende a converter diferenças em consensos abstraídos e codificados em documentos técnicos, a barqueata encena uma política de confluência que assume a multiplicidade como condição. Essa ecologia decolonial, feita de corpos em embarcações, rios, cantos e bandeiras, situa a crise climática no curso concreto da vida amazônica e desloca a ideia de "governança global" para uma cena em que território e

política se confundem. Anna Tsing (2015) propõe aprender com formas de vida que florescem na adversidade: fungos e líquens que emergem nos escombros do capitalismo. É uma imagem poderosa, mas, na América Latina, não precisamos ir até os cogumelos do fim do mundo para encontrar essa criatividade: ela está na própria história da região, tecida desde a colonização. Os povos que chegaram à barqueata em Belém não floresceram apesar do colapso, floresceram através de séculos de resistência, de morte e de recriação de mundos que o projeto colonial tentou apagar. Como aponta Leda Maria Martins (2021) ao elaborar o conceito de tempo espiralar, o tempo nessas cosmopercepções não é linear nem progressivo: passado, presente e futuro coexistem e se dobram sobre si mesmos, inscrevendo no corpo e no gesto um conhecimento que resiste à sequência cronológica do projeto moderno-colonial. O "futuro ancestral" de Krenak (2022) já estava aqui: o que a barqueata fez foi torná-lo visível.

> "Não tenho dúvida de que a *confluência* é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo *e* outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende" (Santos, 2023, p. 15).

Segundo Rodrigo Nunes (2023), uma ecologia distribuída de pensamentos se caracteriza por organizações formais e informais, com indivíduos engajados ou observadores, atuando em espaços físicos e digitais, por meio de ações coletivas e comportamentos difusos, compondo diferentes formas de atuação, em coexistência com outras ecologias. Tanto na Aldeia COP, onde se organizou o movimento indígena, como fora dos espaços oficiais da COP30 se viu o fortalecimento de uma ecologia que viabilizou a apresentação de novas possibilidades.

A resposta somos nós

A barqueata deu início à Cúpula dos Povos, organizada na UFPA, universidade pública à beira do Rio Guamá, com uma série de atividades e plenárias. Na Cúpula a alimentação era preparada por movimentos como o MST e por cozinheiras locais, em formato de feira de rua, com comida farta e acessível. Essa experiência contrastava com a do espaço oficial, alvo de reclamações sobre os preços elevados até mesmo de itens básicos de alimentação. Nesse espaço, a diplomacia climática e o mercado se articulavam por meio de serviços caros e precarizados, situação que o texto

relaciona à cobrança de aluguel pela ONU dentro do pavilhão e à forma de contratação dos prestadores de serviços. A diferença não se restringia ao consumo, mas revelava duas racionalidades ecológicas distintas: a da COP, em que natureza e infraestrutura aparecem como mercadorias reguladas por contratos e lógicas de rentabilidade; e a da Cúpula/Aldeia, em que alimento, território e luta se entrelaçam como práticas de sustentação da vida. Em termos de ecologia decolonial, a cena evidencia a sobreposição, em uma mesma cidade, de um mundo que organiza a crise climática sob a gramática da "economia verde" e de outro que insiste em formular justiça climática a partir da experiência situada de povos indígenas, agricultoras e pescadoras.

Figura 5 — Campanha "A resposta somos nós" na Marcha pelo Clima



Fonte: Joana Varon. Belém, 15 nov. 2025.

A frase emblemática da campanha 'A resposta somos nós' (COIAB, 2024) exposta em cartazes e faixas nos convidava a compreender na prática uma ecologia decolonial (Ferdinand, 2022), conectada à natureza e à sua biodiversidade, rica em culturas e existências, visíveis e invisíveis, revisitando as práticas pluri e interculturais, vivenciadas pelos povos do Pindorama desde antes da invasão colonial, quando diferentes formas de vida compunham uma teia tecida pela diversidade de povos, florestas, animais, apontando na contemporaneidade o caminho para o reflorestamento do planeta.

Para além dos enfrentamentos pela diversidade nos espaços oficiais da COP30, as ruas se tornavam lugares de debate e reunião. Centros culturais e museus recebiam atividades e palestras, enquanto oficinas de saber-fazer integravam o cotidiano da cidade, em cada experiência era

possível vivenciar a vida em ebulição, em ecossistema junto aos movimentos de pescadoras, das lideranças femininas, dos ribeirinhos, dos povos de diferentes territórios indígenas, de cidadãos e ambulantes que circulavam pelas ruas da cidade. Belém pulsava vida, em uma organização que desestabilizava a ordem e abria espaço para novos imaginários, composta pelas assimetrias e articulações de múltiplas narrativas e conhecimentos, em contraste com os representantes de uma monocultura branca, vestidos em ternos monocromáticos, que ocupavam os salões oficiais do evento e reproduziam uma lógica secular de sobreposição às múltiplas formas de vida em favor de uma única possibilidade de existência e de negociação, nos empurrando para um abismo onde a "centralidade silencia todas as outras presenças" (Krenak, 2022, p. 21).

A riqueza de narrativas em uma ecologia distribuída e orgânica tornou Belém um espaço de encontro. Muito além da reunião diplomática, um lugar de desestabilização, estranhamento, redistribuição, assimetria e de convivência dos muitos que vivenciaram a efervescência da cidade. Essa riqueza se manifestava nas pessoas interconectadas e em diálogo, que teciam narrativas e alternativas para a crise climática. A cada esquina, em cada casa, na venda de tacacá, o corpo e a alma se refaziam, cocriando rios-mundos.

Confluindo e transbordando das ruas para as canetas da burocracia

A manifestação de 70.000 pessoas, que reuniu o movimento indígena, movimento de pescadoras, movimentos de atingidos por renováveis, movimento feminista, movimento dos jovens pelo clima, entre outros, ao mesmo tempo que pressionava o governo brasileiro na política nacional, também dava respaldo à diplomacia brasileira para defender acordos mais ambiciosos na COP. Pressionado por essas mobilizações, o governo federal dialogou e confluenciou com essas mobilizações. A presidência da COP30 chegou a ir à Cúpula dos Povos para receber sua carta final (Cúpula dos Povos, 2025), resultado das plenárias colaborativas. A partir desta abertura para confluenciar em uma ecologia decolonial, no âmbito da política nacional, foram anunciadas as demarcações de 38 terras indígenas.

"O governo" são muitos: contradições do posicionamento brasileiro

Ao mesmo tempo que se demarcavam terras indígenas, durante o evento, houve a aprovação da possibilidade de se fazer pesquisas para exploração de petróleo na Foz do Amazonas. Além disso,

uma semana após o término da conferência, o Congresso Nacional derrubou vetos presidenciais e aprovou o que podemos chamar de PL da Devastação, considerado por pesquisadores e organizações socioambientais o maior retrocesso ambiental das últimas décadas, por flexibilizar drasticamente critérios de proteção, fiscalização e consulta a comunidades tradicionais. Mais recentemente, o Senado aprovou proposta de emenda constitucional do Marco Temporal, contrariando decisões do STF. Some-se a isso o programa Redata (Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter), política federal de incentivos à instalação de data centers no Brasil, que reproduz sob nova roupagem a mesma lógica extrativista: atrair infraestrutura digital de grandes corporações globais com isenções e subsídios, sem exigir avaliação dos impactos sobre o consumo de energia e água nos territórios. Tais contradições revelam que o Brasil, embora tenha recuperado parte de seu prestígio diplomático e ambiental, ainda enfrenta limites estruturais e organizacionais diversos, decorrentes de um projeto (des)envolvimentista baseado na expansão do agronegócio, da mineração, dos combustíveis fósseis e até mesmo de projetos altamente predatórios de geração de energia a partir de fontes renováveis e com efeitos perversos, particularmente nos territórios ocupados por camadas da população que continuam historicamente vulnerabilizadas.

Tensionamentos

Diversos estudos científicos apontam que o planeta já ultrapassou o limite de 1,5°C de aquecimento global médio, com impactos irreversíveis sobre ecossistemas e modos de vida. Mesmo que o debate se concentrasse apenas nas mudanças climáticas e não na justiça socioambiental, seriam necessárias medidas muito mais radicais e juridicamente vinculantes de redução de emissões, sobretudo por parte dos países historicamente responsáveis pela maior parcela das emissões. Ainda assim, durante a COP30, as principais economias, bem como os Estados Unidos, não foram capazes de assumir tais compromissos.

Pode-se dizer que a COP30 produziu avanços relevantes, particularmente no campo diplomático e na reinserção do Brasil no cenário global, mas tais avanços permanecem insuficientes frente à urgência climática e aos eventos extremos. Nesse sentido, o desafio brasileiro e mundial não consiste apenas em retomar o protagonismo no debate climático, mas em romper com a lógica capitalista, cumulativa, produtivista, privatista, mercantil, que não apenas mantém e aumenta o

colapso climático, mas sustenta desigualdades socioambientais atravessadas pelo racismo ambiental (inclusive, pauta que começou a ganhar mais espaço nesta COP), dado que populações mais vulneráveis e marginalizadas tendem a ser mais afetadas por eventos extremos.

Considerações finais

Evidenciamos neste ensaio algumas incongruências acerca da proposta central da COP30: discutir a crise climática, intensificada sobretudo pelas emissões de gases de efeito estufa decorrentes da queima de combustíveis fósseis. Em que pese todo o esforço em se debater seus desdobramentos e possibilidades de soluções, observamos a disparidade entre discursos de líderes mundiais e o compromisso na aplicação de práticas efetivamente determinantes no sentido de repensar os modos de relacionamento com a Terra/terra que, à luz do pensamento de Antônio Bispo, podem ser considerados como cosmofóbicos. Para o autor, "a cosmofobia é a necessidade de desenvolver, de desconectar, de afastar-se da originalidade" (Santos *et al*., 2022, p. 27).

A cosmofobia seria, portanto, a raiz do sistema que produz tanto a crise climática quanto os eventos extremos, o desperdício e a desigualdade. Para ele, a resposta está na busca por modos de vida fora da colonização e, para a cosmofobia, a contracolonização é o antídoto. Como sinaliza Santos (2023), os debates populares atuais estão deslocando a centralidade temática do trabalho para o saber e o viver - e o impacto deste processo pode ser sentido pelas manifestações de movimentos confluentes que fizeram Belém pulsar durante a COP30.

Reservadas as distinções entre as abordagens, tanto o pensamento contracolonial do quilombola Antônio Bispo dos Santos quanto o conceito de decolonialidade amplamente difundido na academia tratam do enfrentamento ao colonialismo, vetor indissociável da modernidade. Colonialismo esse que, apesar de sua nocividade flagrante, segue estruturalmente pautando e operando como sistema de poder.

Na perspectiva de Ferdinand (2022), a modernidade sustenta uma imagem de progresso enquanto oculta a violência, a produção de resíduos e o sofrimento que acompanham esse processo. O autor argumenta que falar sobre crise ecológica sem traçar devidamente as linhas que a conectam com a colonização nas Américas é uma forma de perpetuar as históricas violências raciais perpetradas durante o Plantationoceno.

Empreender aproximações entre os conceitos fundamentados pelos autores é uma tentativa de tornar circulares os saberes e germinantes os pensamentos em torno do que entendemos como ecologia, mundo, terra, cidade, desenvolvimento. É também uma forma de semear possibilidades de novos imaginários em um horizonte de crise. Anna Tsing (2015) nos convida a aprender com organismos que florescem nos escombros do capitalismo: fungos, líquens, vidas que emergem onde o projeto moderno falhou. É uma metáfora fecunda. Mas na América Latina, a criatividade diante do colapso não é novidade nem metáfora: é a própria história da região desde a colonização. Os povos que fizeram Belém pulsar durante a COP30 já vivem há séculos no que Tsing chamaria de "ruínas do capitalismo" e a elas não apenas sobreviveram, mas geraram cosmopercepções, saberes e práticas que o projeto moderno-colonial não conseguiu extinguir. Leda Maria Martins (2021), ao pensar o tempo espiralar nas culturas afro-brasileiras, nos mostra que esse florescimento não obedece à lógica linear da progressão: o passado não passou, ele age no presente, inscrito no gesto, no corpo, na memória viva dos territórios. Luiz Rufino (2019), por sua vez, aponta a encruzilhada — figura de Exu — como o lugar onde saberes se confrontam e se reinventam, onde a fricção não paralisa, mas gera. É exatamente isso que a barqueata, a Cúpula dos Povos e as ações dos Munduruku encenaram em Belém: não o fim do mundo, mas a recusa de aceitar que só existe um mundo possível. A resposta, como diziam os cartazes nas ruas, somos nós. Se a confluência, nos termos de Antônio Bispo dos Santos, remete ao encontro entre diferentes rios, saberes e existências que se fortalecem sem perder suas singularidades, compreendemos a fricção como o movimento oposto e complementar: o espaço de tensão produzido pelo encontro entre projetos de mundo distintos, cujas racionalidades, interesses e formas de habitar a Terra entram em disputa. No contexto da COP30, a fricção emerge no confronto entre uma ecologia colonial, sustentada por mecanismos de mercado, pela financeirização da natureza e pelo discurso do desenvolvimento sustentável, e as ecologias decoloniais articuladas por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e movimentos sociais. Assim, fricções e confluências não são fenômenos excludentes, mas processos coexistentes que expressam, simultaneamente, conflito, negociação, aprendizagem e transformação.

Bibliografia

BRASIL. Presidência da República. **Discurso do presidente Lula na abertura da COP30 em Belém, PA**. Brasília: Planalto, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/11/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-cop30-em-belem-pa. Acesso em: 15 mar. 2026.

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (COIAB). **A Resposta Somos Nós**: campanha global pelo clima e pela vida rumo à COP30. Manaus: COIAB, 2024. Disponível em: https://arespostasomosnos.org. Acesso em: 15 mar. 2026.

CÚPULA DOS POVOS RUMO À COP30. **Declaração final**. Belém, 16 nov. 2025. Disponível em: https://cupuladospovoscop30.org/declaracao-final/. Acesso em: 15 mar. 2026.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**. Tradução de Leticia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM). **Desmatamento elevado na Amazônia não demonstra tendência de queda**. Belém: IPAM, 1 dez. 2022. Disponível em: https://ipam.org.br/desmatamento-elevado-na-amazonia-nao-demonstra-tendencia-de-queda/. Acesso em: 15 mar. 2026.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Nova edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NUNES, Rodrigo. **Nem horizontal nem vertical**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos *et al*. **Composto Escola: comunidades de sabenças vivas**. 1. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2022.

TSING, Anna. **The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins**. Princeton: Princeton University Press, 2015.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Friction: an ethnography of global connection**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

WILSON, James Q.; KELLING, George L. Broken Windows: The Police and Neighborhood Safety. **The Atlantic Monthly**, v. 249, n. 3, p. 29-38, 1982. Disponível em: https://unbrokenwindows.queensmuseum.org/index/atlantic. Acesso em: 15 mar. 2026.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Correa. **O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada**. 2018. 218 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

Recebido em: 15/02/2026

Aceito em: 15/09/2026

---

[1] Joana Varon; Doutoranda, ESDI-UERJ; Rio de Janeiro, RJ, Brasil; jvaron@esdi.uerj.br

[2] Julia Vidal dos Santos Borges; Doutoranda, ESDI-UERJ; Rio de Janeiro, RJ, Brasil; julia@juliavidal.com.br

[3] Vanessa França da Silva; Doutoranda, ESDI-UERJ; Rio de Janeiro, RJ, Brasil; vfranca@esdi.uerj.br

[4] Amanda de Faria Sánchezl Mestranda, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UniRio/ PPGEdu; Rio de Janeiro, RJ, Brasil; amanda.sanchez@edu.unirio.br

[5] Mayra Queiroz Muniz; Mestranda, ESDI-UERJ; Rio de Janeiro, RJ, Brasil; mmuniz@esdi.uerj.br